



A construção de notícias sobre meio ambiente na Folha de São Paulo¹

Michele Goulart MASSUCHIN²

Emerson Urizzi CERVI³

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

Resumo

O artigo é um recorte da pesquisa do trabalho de conclusão de curso sobre como o jornal Folha de São Paulo pautou o tema meio ambiente de 1992 a 2008. O texto é composto de uma análise bibliográfica e tem como objetivo discutir o jornalismo que se faz a respeito da crise ambiental, além de fazer uma reflexão de como o jornalismo é capaz de contruir realidades a partir dos acontecimentos. Toma como base as teorias da comunicação que compreendem a notícia como construção social da realidade, além de abordar ainda as rotinas produtivas e os estudos de fontes.

Palavras-Chave: jornalismo ambiental, produção jornalística, teorias do jornalismo

Introdução

O trabalho tem o objetivo de analisar como o jornal Folha de São Paulo aborda o tema meio ambiente, partindo de pesquisas sobre as teorias do jornalismo que compreendem a produção jornalística como construção social da realidade, onde constam valores sociais, culturais, políticos, econômicos e históricos dos jornalistas e fontes.

Não é apenas em relação a esse tema que os valores ficam evidentes quando se analisa a produção dos veículos de comunicação. Porém, o jornalismo ambiental envolve uma série de assuntos polêmicos, os quais têm forte relação com interesses econômicos e políticos da sociedade, que acabam se manifestando no trabalho do jornalista. Assuntos como transgênicos, biodiesel, clonagem, desenvolvimento agrícola, produção de energia nuclear e consumo são exemplos de temas que tratados pela mídia e que envolvem uma série de fatores sócio-culturais e que envolvem interesses pessoais das fontes e comercial dos veículos.

As discussões apresentadas aqui fazem parte de um capítulo da monografia onde é discutida a relação entre as teorias do jornalismo e o tema meio ambiente. Para a

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, email: mimassuchin@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do departamento de comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor do departamento de ciências sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: ecervi@brturbo.com.br



análise, parte-se dos estudos de Berger e Luckman (1985), que discutem o conceito de construção social da realidade, onde discursos, incluindo das mídias, não são capazes de apresentar a realidade sem nenhuma interferência, pois todos são tomados por valores éticos, familiares, pessoais que interferem no contar dos fatos.

Para aproximar esse conceito da área da comunicação, toma-se por base as teorias defendidas por Traquina (2005) e Sousa (2002), que falam exclusivamente das interferências existentes na produção dos discursos jornalísticos, seja ela interna ou externa as redações. Dessa forma, o texto trabalha com a retomada das teorias, exemplificando como cada uma pode contribuir na construção das notícias relacionadas ao tema meio ambiente. Ao final, apresentam-se também as discussões sobre as rotinas produtivas e possíveis distinções de fontes propostas pelos autores, relacionando-as com aquelas utilizadas pelos produtores para incorporar as notícias sobre meio ambiente. Essa discussão tem por objetivo embasar uma pesquisa empírica, onde são identificadas características das notícias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo.

Jornalismo como construção social da realidade

Não é recente a discussão sobre o poder que permeia os meios de comunicação, principalmente pelo fato da mídia ser a principal fonte de ligação entre as pessoas e os acontecimentos. Ainda mais quando a distância entre o fato e o público impossibilita o contato mais próximo, dando à mídia o poder de ser o transmissor de toda e qualquer informação. É nesse contexto que Traquina (2005b, p.16) passa a discutir o papel da mídia como construtor de realidades, por envolver uma série de fatores culturais, sociais, históricos e políticos, que impossibilita entender a mídia como mera transmissora dos acontecimentos tais como são.

Como defendem os autores em suas teorias (Traquina, 2002; Sousa, 2005), o jornalismo não é mera retratação da realidade. No processo diário de produção das notícias há fatores que se situam entre o acontecimento e o texto escrito pelo jornalista. Neste trabalho, a notícia é entendida como resultado da interação simultaneamente histórica e presente de força pessoal, social (organizacional e extra-organizacional), ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos (SOUSA, 2002, p.99).

Ainda em 1985, Berger e Luckmann (1985, p.16) já discutiam a construção social da realidade, defendendo a interferência do contexto social específico de cada



um. No caso dos textos sobre meio ambiente o discursos de um ambientalista é diferente do de um empresário, por exemplo, sobre um desastre ambiental. Isso está diretamente ligado ao contexto em que estão inseridos.

Quando os meios de comunicações são a única forma de o indivíduo tomar conhecimento sobre algo, ou seja, a única versão possível é aquela dada pelos *media*, é aquela a “realidade” admitida como certa (BERGER e LUCKMANN, 1985). Para boa parte dos consumidores das notícias, o real apresenta-se como o fragmentado exposto no jornal, revista, televisão ou qualquer meio de comunicação. Nas notícias de jornalismo ambiental, Ramos citado por Correa (2007, p. 54) comenta que as matérias se dão de forma fragmentada e dependem de eventos especiais para se consolidar como notícia. Dessa forma, esta é a única realidade transmitida aos leitores. Por outro lado, se os meios de comunicação tivessem um papel educativo, a população teria uma visão global dos problemas e não apenas uma realidade simplificada.

O jornalismo é um processo realizado por indivíduos formados por valores, os quais aparecem durante a produção das notícias, além de envolverem outras pessoas, como as fontes, por exemplo. Dessa forma, a realidade pode ser interpretada de maneiras diferentes. Isso acontece em todo tipo de produção jornalística, não apenas na cobertura sobre meio ambiente.

Aquilo que não é apreendido no “aqui e agora” (BERGER e LUCKMANN, p.39), pode ser transmitido pelos veículos de comunicação, dando a eles esse poder de agir como agentes da construção social da realidade dotados de sentidos. É possível fazer essa referência, já que os produtores são construtores de realidades, como afirmam os autores. No caso específico do jornalismo, as notícias são apenas mais uma forma de discurso que circula no espaço social em que se situa a noção de construção social da realidade (GADINI, 2007, p.80).

Para Gay Tuchman, citada por Traquina (2005a) deve-se compreender a notícia como história e entender que elas são construídas e não um espelho da realidade. O enquadramento dado ao fato pelo jornalista é embutido de subjetividades como defende as outras teorias do jornalismo que surgiram para rebater a teoria do espelho. As notícias acontecem na junção de acontecimentos e textos. Segundo Traquina (2004, p.172), enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria outro acontecimento, onde os textos jornalísticos são construções e narrativas.

A junção desse poder dado aos jornalistas de contar histórias sobre fatos do cotidiano e a presença das mídias cada vez com mais frequência no dia-a-dia dos



sujeitos, fez com que a política interna norte-americana, por exemplo, mudasse a partir dos anos 60. Esse processo se deu em especial após o debate de Kennedy-Nixon, em que foi possível perceber como o modo de contar a história é capaz de interferir nas formas de pensar da sociedade, além de fomentar a possibilidade (poder, melhor dizendo) dos meios de construir imagens. Esse exemplo pode ser transportado para o tema deste trabalho, pois quando se fala nos Organismos Geneticamente Modificados, por exemplo, há diferentes formas de contar a “história”, o que influencia na imagem que as pessoas têm do assunto.

Nesse contexto, é possível propor as discussões estabelecidas por alguns autores sobre esse processo de construção das notícias, levando em consideração as teorias que atentam para a influência de fatores externos à organização, tais como fatores políticos, econômicos e ideológicos que tendem a reforçar o poder capitalista.

Teorias do Jornalismo e a Construção da Notícia de Meio Ambiente

Aqui são desenvolvidas as discussões que permeiam as teorias do jornalismo e fazem a relação com o tema do trabalho. As teorias do Jornalismo que ajudam a explicar a produção noticiosa de meio ambiente no jornal Folha de São Paulo são a teoria da Ação Política e as Teorias Construcionistas, as quais explicam a produção pela influência de fatores externos as redações, especialmente de outras instituições externas ao veículo, como por exemplo, as fontes, empresas parceiras e patrocinadores.

Ainda no século XIX, dois pólos passaram a emergir com força do campo jornalístico. O pólo econômico, que define a notícia como um negócio, idéia que nasceu após o desenvolvimento da imprensa, e o pólo ideológico, que é a definição da notícia como serviço público. Esses dois aspectos remetem a discussão da influência de fatores internos e externos na produção das notícias (SOUSA, 2005).

Quando se dá poder ao campo do jornalismo, chamando-o de “quarto poder”, deduz-se que os jornalistas possuem poder na construção da notícia e conseqüentemente de realidades, como discutido anteriormente. O campo jornalístico deve ser entendido como um campo magnético de dois pólos, como escreve Traquina (2005a, p.27), o qual pode ser entendido como um espaço de desenvolvimento da ideologia profissional e do jornalismo como negócio, deixando o pólo político que perdeu espaço a partir da intensificação do trabalho da imprensa. Porém, em diferentes épocas e situações, os dois pólos atuais vivem altos e baixos. O que muitos pesquisadores tendem a defender é



que o pólo político foi substituído pelo pólo econômico, porém, este também possui características negativas que interferem na produção jornalística. O jornalismo ambiental é afetado pelo pólo econômico, pois abrange a poluição causada pelas empresas, os acidentes causados por indústrias e tem como alvo de críticas, os próprios patrocinadores do veículo.

Traquina (2005a) discute como os fatores internos e externos influenciam o campo jornalístico na produção das notícias, contribuindo dessa forma, na construção da realidade. Ao longo dos anos, as teorias puderam explicar esses fatores. No desenvolvimento deste trabalho, aborda-se com mais profundidade as teorias da Ação Política e as Teorias Construcionistas, pois elas podem explicar a forma de abordagem das notícias de meio ambiente pautadas pelo Jornal, no sentido que partimos do pressuposto de que a influência não é apenas interna, mas gira em torno de aspectos mais profundos da sociedade.

O jornalismo atual no Brasil, apesar de seu caráter mercadológico, surgiu com característica informacional, somente a partir do século XIX, devido ao desenvolvimento da imprensa, a expansão dos jornais e o jornalismo como atividade remunerada (TRAQUINA, 2005a, p.125). Isso significou o afastamento dos jornais do pólo político, predominante anterior a esse período, podendo agora se manter independente financeiramente. Foi paralelo a essa mudança, que foram incorporados os conceitos de jornalismo objetivo e imparcial, na tentativa de afastar-se ainda mais das suas próprias raízes. Contudo, são esses valores que, de algum modo, acobertam as possíveis escolhas e decisões que acontecem nas redações. Por meio deles, os jornalistas negam a notícia como construção e acreditam no trabalho imparcial, objetivo e livre de influências, o que é rejeitado nas teorias recentes do jornalismo.

Segundo Gaye Tuchman citada por Traquina (2005a, p. 139), a objetividade é um ritual estratégico utilizado pelos jornalistas para se defenderem de críticas e assegurar credibilidade. Como parte-se do pressuposto de que os veículos sofrem interferências externas, que refletem na construção das notícias, discute-se a seguir as teorias que defendem essa referência, ou seja, tratar-se-á com mais ênfase a teoria da ação política e as teorias construcionistas, que consideram fatores externos à redação.

A mais antiga teoria que tenta explicar a produção jornalística baseia-se no jornalismo como espelho da realidade, ou seja, as notícias são assim porque a realidade as determina. Essa teoria defende e legitima os jornalistas, mantendo-os como comunicadores desinteressados que não sofrem influências externas e também não



utilizam seus princípios para escrever a notícia. Já na teoria conhecida como teoria do *gatekeeper*, as notícias são entendidas como resultado da interferência apenas de quem as produz, ou seja, dos jornalistas. Eles têm o poder de seleção das notícias, porém, ainda são ignorados quaisquer fatores macro-sociológicos que possam influenciar na produção. Segundo Traquina (2005a, p.151), essa ainda é uma visão bastante limitada da produção jornalística. Nesse caso, a notícia sofre apenas interferência dos gostos e preferências ideológicas do jornalista. No caso de ter que escolher entre dois temas, como descoberta científica ou energia nuclear, o jornalista pode fazer escolhas: o mais fácil ou aquele que já tem as fontes conhecidas, por exemplo.

Avançando um pouco mais, surge a teoria organizacional, a qual tem como foco a importância de uma cultura organizacional ou invés de uma cultura profissional (TRAQUINA, 2005a, p.153). Defende-se que o jornalista sofre constrangimentos organizacionais sobre a atividade jornalística e tende a seguir um padrão editorial do veículo. Dependendo do assunto, leva-se em consideração a linha editorial do veículo. Quando se trata de política isso fica mais evidente, mas no caso do jornalismo ambiental é mais complicado fazer essa observação, mas pode-se utilizar como exemplo a preferência por matérias sobre desenvolvimento sustentável do que por matérias que tendem a fazer alguma denúncia. Essa escolha do veículo evita atritos com as empresas, que possivelmente podem ser patrocinadores. Outro assunto que geralmente não possui espaço na Folha de São Paulo é a produção orgânica e a crítica a utilização de agrotóxicos. Isso acontece, pois o jornal possui uma editoria chamada “agrofolha” onde são abordados temas relacionados a agricultura e que tem como anunciantes empresas de sementes e fertilizantes. Como pode-se perceber, na Teoria Organizacional, Traquina já cita a influência do fator econômico na produção, porém somente na teoria da Ação Política que isso é mais bem discutido. Começam a aparecer referências quanto à relação jornalismo e publicidade, a dependência econômica e o espaço ocupado nos jornais pelas propagandas.

Após essa passagem rápida pelas teorias microsociológicas, passa-se a uma discussão mais aprofundada daquelas que enfatizamos neste trabalho e nas quais a pesquisa é baseada. Nas próximas teorias – da Ação Política e Construcionistas – observa-se a influência de fatores externos a organização jornalística no processo de produção da notícia. Dessa forma, chamamos tais teorias de macrosociológicas e microsociológicas, pois envolvem diversos aspectos e não ficam focadas apenas na empresa jornalística. Neste caso, as notícias são como são por que além das



interferências internas, das escolhas dos jornalistas e influência dos conceitos pessoais de cada um, há fatores externos como a publicidade, empresas e a política que podem interferir na produção e conseqüentemente no produto final.

A teoria da Ação Política surgiu nos anos 60, em decorrência da necessidade de maiores investigações no processo de produção das notícias. Nessa fase, o grande interesse é nos estudos de ideologia, onde o marxista Antônio Gramsci teve grande influência (TRAQUINA, 2005a, p.161). Passa-se a entender o jornalismo a partir das suas implicações sociais e políticas. De uma forma ou de outra, nas teorias da ação política, os meios de comunicação são visto de forma instrumentalista, servindo apenas aos interesses políticos (TRAQUINA, 2005a, p.163). Traquina defende a interferência política na comunicação transformando o jornalista num mero reproduzidor dos fatos de acordo com os interesses políticos das fontes, por exemplo. Isso acontece muitas vezes quando as notícias são “plantadas” pelas fontes. No jornalismo ambiental a interferência política se dá na relação com as empresas governamentais, que ao mesmo tempo em que poluem o meio ambiente, querem divulgar a imagem preservacionista e de preocupação com o bem estar da sociedade, como é o caso da Petrobras e das hidrelétricas.

Segundo Traquina (TRAQUINA, 2005a, p.163), “*as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão de mundo, da sociedade, etc.*”. Na visão de esquerda da teoria da ação política, entende-se o jornalista como um mero executante a serviço do capitalismo, onde o fator econômico é determinante no processo de produção das notícias. De acordo com Sousa (2002, p. 57), atualmente a força econômica exercida sob os meios de comunicação é maior do que a força das influências políticas sobre o veículo. Quando isso acontece, as fontes têm mais facilidade de influenciar nos conteúdos do jornalismo. É o caso da relação entre os anunciantes e o setor jornalístico nos veículos. Santos, citado por Abreu (2006, p. 67) explica que a mídia pode ter um discurso tanto interessado quanto interesseiro ao falar de meio ambiente. Isso vai depender da linha editorial e dos princípios mantidos pelo veículo.

O peso dos anunciantes, segundo Sousa (2002, p. 61), interfere na produção jornalística, assim como o poder político. As empresas de comunicação, inseridas numa visão capitalista, visam lucro, ou seja, o fator econômico está intrinsecamente relacionado com o processo de produção. Um exemplo da influência de empresas (fator econômico) no processo de produção das notícias de meio ambiente é o fato da



Monsanto, por exemplo, ser anunciante de um determinado veículo. Dessa forma, o jornalista evita fazer matérias que envolvam a empresa de forma negativa, como na discussão sobre os transgênicos e a produção de agrotóxicos, pois isso poderá levar a perda do anunciante ou o jornalista sofrerá sanções dentro da empresa. Para evitar esses problemas, ele tenta escrever a matéria de forma mais amena, evitando prejudicar a visibilidade de seu anunciante. Segundo Trigueiro (2008, p.85), “*é a publicidade que sustenta os veículos de comunicação e paga os salários dos jornalistas, daí porque não é difícil imaginar que em algumas redações possa haver constrangimentos, ou até mesmo impedimentos*”. Segundo Sharf (2005, p. 64), as empresas jornalísticas dificilmente aprovam reportagens sobre degradações ambientais provocadas por seus grandes anunciantes. Estes autores defendem que os proprietários têm estreita ligação com a classe capitalista, além de que, há um acordo entre os donos da mídia e influentes da classe dominante, resultando num produto que atenda a esses interesses. Herman e Chomski citados por Traquina (2005a), explicam esse fato por meio de alguns fatores que podem ser aplicados a outras realidades, não só a americana: estrutura de propriedade dos media, sua natureza capitalista, dependência das fontes governamentais e empresariais e as possíveis ações punitivas dos poderosos.

De acordo com Arruda (2006, p. 18) as iniciativas de preservação da natureza têm importância maior para a imagem da empresa como instrumento de marketing do que para o meio ambiente, por isso que a produção jornalística sobre o assunto pode arruinar a imagem de empresas quando se trata de denúncias ou acidentes ambientais.

“O fato é que o jornalismo ambiental ameaça os interesses das empresas públicas ou privadas que agem na contramão da sustentabilidade (...) A maquiagem verde – marketing ambiental que constrói uma imagem ecologicamente correta sem a devida contrapartida no mundo real – vem se consolidando como uma alternativa para os executivos que agem de má fé. Nesse mesmo período surgiu a Sociedade Brasileira de Desenvolvimento Sustentável que reuniu empresas na tentativa de pensar propostas de sustentabilidade para colocar em prática. Mas apesar da mobilização das empresas, suas ações não são suficientes para contornar a situação. Segundo a autora, a salvação da terra depende de uma transformação do homem, que ultrapasse o viés econômico, o capitalismo e o socialismo (TRIGUEIRO in ARRUDA, 2006, p.36).

Villar (1997) chama de "ambientalismo empresarial", onde as grandes indústrias fazem campanhas publicitárias e plantam notícias na imprensa para se promoverem. Esse é o cenário em que rege o jornalismo ambiental na década de 90, segundo o autor. Nesse mesmo período em que surgiram as teorias da Ação Política apareceram também



os estudos que defendem as notícias como construção (TRAQUINA, 2005a, p.168). Nas teorias construcionistas, nega-se a posição das notícias como espelho da realidade, pois se defende que a linguagem não é transmissora direta de significado, porque é impossível que seja neutra (TRAQUINA, 2005a, p.169). E apesar de rejeitar a teoria do espelho, essas teorias não defendem a notícia como ficção. Entende-se que as notícias são narrativas que informam o público. Segundo Tuchman citada por Traquina (TRAQUINA, 2005a, p.169), as notícias são estórias, porém isso não as rebaixa nem as acusam de ser fictícias, apenas alerta os leitores de que como qualquer outro documento público, como defendem Berger e Luckmann (1985), representam uma realidade construída.

Teorias Construcionistas, rotinas produtivas e estudos de fontes

Defendendo a notícias como construção social existem duas teorias - Estruturalista e Interacionista - que são complementares. Segundo Traquina (2005a, p.173), ambas rejeitam a teoria do espelho e concordam que as notícias surgem em meio um processo complexo que envolve diferentes pessoas: jornalistas, fontes de informação, sociedade, ou seja, pessoas internas e externas às redações. Ambas as são micro-sociológicas e macro-sociológicas, pois situam o jornalista quanto ao seu local de trabalho, a importância da organização, as rotinas de produção, as fontes de informação, etc. Todos esses fatores interferem na produção da notícia e são responsáveis pelo resultado final do trabalho do jornalista. Desse modo, baseando-se nessas afirmações, Traquina (2005a, p.174) reconhece que tanto uma quanto a outra teoria entendem as notícias como estórias, marcadas pela cultura dos membros da tribo e da sociedade.

A teoria estruturalista se aproxima da teoria da ação política, versão de esquerda, pois reconhece o papel da mídia na reprodução da “ideologia dominante”, porém, diverge no sentido de reconhecer a autonomia do jornalista. Na teoria, autores defendem que as notícias são o que são por resultarem de vários fatores como organização do meio, valores-notícia e o momento da construção da notícia, onde também perpassam os valores culturais.

Os meios de comunicação, além de definir para a população quais são os acontecimentos mais importantes que ocorrem, também apresentam interpretações de como compreender os fatos. Isso é que faz referência a hegemonia ideológica na teoria estruturalista. Stuart Hall citado por Traquina (2005a, p.178) tenta explicar, a partir das



rotinas de produção, a predominância da ideologia dominante na produção das notícias. Por questões de tempo e exigência de imparcialidade e objetividade, percebe-se a procura por fontes de informação que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Esse acesso às mesmas pessoas faz com que elas sejam chamadas de “definidores primários”. O que define as notícias não são os meios, mas a relação com as fontes.

Segundo Pena (2006, p. 61), as fontes podem manipular o jornalista e agendar os meios de comunicação, mesmo não sendo uma assessoria ou uma empresa. Um exemplo é a divulgação de uma notícia para amenizar o impacto de outra. Podemos exemplificar com o seguinte fato: para minimizar o impacto das notícias sobre poluição das águas, as empresas petrolíferas pautam os meios de comunicação com notícias de projetos sociais e culturais para universidades. Ou ainda, a instalação de uma hidrelétrica pode causar muitos danos a natureza e a população local, porém a empresa pode diminuir o impacto dessas notícias levantando pautas sobre os benefícios da obra para a população.

Para Traquina (2005a, p. 179), a partir dessa relação entre fontes e jornalistas, é possível explicar como se dá o papel ideológico dos meios de comunicação. Isso não significa que os meios de comunicação não possuam autonomia, porém são os definidores primários (as fontes) que dão o enquadramento ao tema.

Em resumo, na teoria estruturalista, são as fontes que comandam a ação de produção da notícia e fazem com que os espaços das notícias sirvam para reproduzir a ideologia dominante. Sousa considera as rotinas produtivas, as fontes, os valores notícias e a estrutura organizacional como fatores que, combinados, mantêm um sistema de reprodução de ideologias dominantes. No caso do meio ambiente, notícias que mantêm a ideologia capitalista são aquelas impostas pelas assessorias de grandes empresas, tentando, por exemplo, minimizar os aspectos da poluição, por meio da divulgação de novas tecnologias. Scharf (2005, p. 64) adverte para a relação dos jornalistas com as fontes, devido aos interesses envolvidos. Muitos jornalistas não se sentem livres para fazer a cobertura sobre o assunto. Segundo o autor, eles possuem uma liberdade de expressão relativa, ou seja, publicam desde que as matérias não prejudiquem os interesses econômicos de outras pessoas, principalmente de seus anunciantes.

Outra teoria que se assemelha à estruturalista e conceitua a notícia como construção é a teoria interacionista, porém, as mesmas divergem quanto a relação fontes e jornalistas (TRAQUINA, 2005a, p.180). Nesse caso, as notícias são definidas como o



resultado do processo de percepção, seleção e transformação de uma matéria prima num produto. O que define as notícias é o fator tempo (TRAQUINA, 2005a, p. 181). Pelo fato de um acontecimento poder acontecer em qualquer parte e a qualquer momento, é preciso impor essas estratégias. Quanto a ordem no espaço, isso é resolvido por meio das redes noticiosas, o que resulta na divulgação de acontecimentos de um lugar e não de outros. As estratégias resultam nos agrupamentos de notícias de um só espaço e na falha de outros, na escolha por determinados temas e exclusão de outros, etc. Com relação à ordem no tempo, isso também é “resolvido” por meio das redes noticiosas que ajudam a empresa a acompanhar com mais facilidade o ritmo das redações, incluindo aqui a interferência das fontes mais próximas e de mais fácil acesso.

Traquina (2005a, p. 187) revela que o acesso das fontes aos meios de comunicação é essencial para a definição das notícias, pois nem todos possuem o mesmo tipo de acesso. Dentre eles destacam o acesso habitual, disruptivo e direto. Nesse caso o acesso habitual tem forte relação com a produção e com o sustentáculo das relações de poder. Apesar da possibilidade do acesso disruptivo aos meios de comunicação, essa teoria também defende o papel da mídia como mantenedora da ideologia dominante e favorável aos mais poderosos. Isso está estreitamente relacionado à criação da rede noticiosa, pois a lógica da concentração de forças dos mais poderosos está na formação da rede, na relação entre jornalistas e fontes, nos critérios de avaliação que os jornalistas utilizam para interagir com os diversos agentes sociais, no cultivo das fontes, etc.(TRAQUINA, 2005a, p. 190).

Devido aos critérios de avaliação das fontes (autoridade, produtividade e credibilidade) estarem fortemente relacionados com as rotinas produtivas e as redes noticiosas, a fonte oficial acaba sempre sendo a mais procurada. E dessa forma, segundo Traquina (2005a, p. 196), os jornalistas se tornam dependentes dos canais de rotina por necessitarem impor ordem no espaço e no tempo, e conseqüentemente estabelecerem uma interdependência com as fontes oficiais. As fontes de jornalismo ambiental são os movimentos ambientalistas, ecologistas, entidades que cometem crimes ambientais, autoridades (ministros, secretários, diretores de órgãos públicos), pesquisadores, biólogos, zoólogos, botânicos, agrônomos e a população. Além disso, para a teoria interacionista, enquanto as fontes oficiais são predominantes no jornalismo, os outros agentes sociais não têm acesso regular. Um exemplo, utilizado por Traquina (2005a, p. 198), é dos movimentos sociais que dificilmente vêem seus acontecimentos virarem



notícia. O mesmo caso acontece com as ONGs ambientalistas que perdem espaço na mídia para as grandes empresas.

Apesar das duas teorias partilharem da idéia de que as fontes oficiais detêm vantagens importantes, a teoria interacionista defende que esse papel dominante não é algo automático, mas sim resultado de uma ação estratégica das próprias fontes. Sousa (2002, p. 67) também fala sobre o competitivo acesso das fontes aos meios jornalísticos, pois elas desenvolvem táticas para criar uma relação com os jornalistas e com determinados veículos, sempre com o objetivo de pautar os assuntos que desejam. Em resumo, para Traquina (2005a) pode-se dizer que as notícias são uma construção social da realidade que envolve, além do acontecimento, os constrangimentos organizacionais, os fatores econômicos, as rotinas produtivas, os valores notícias e as fontes. Outro autor que partilha dessa mesma concepção de Traquina, sobre o que é notícia e o que interfere na sua produção é Jorge Pedro Sousa. Em seu livro, *Teorias da notícia e do Jornalismo*, ainda na introdução, ele define as notícias como artefatos lingüísticos que representam determinados aspectos da realidade. Segundo o autor, no processo de fabricação desses artefatos lingüísticos interagem diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio tecnológico.

Sousa (2002) cita Shoemaker e Reese para fazer referência a cinco possíveis níveis de interferência no conteúdo das notícias: nível individual (jornalista), nível das rotinas produtivas, nível organizacional, nível externo as organizações e nível ideológico. Segundo Sousa, é possível fazer um aproveitamento das teorias já estudadas por outros autores para defender a sua visão sobre o processo de produção. O autor enfatiza o fato de que estudos recentes também partilham da mesma idéia de que o papel dos jornalistas na produção sofre influência de fatores externos.

[...] os estudos mais recentes parecem indicar que fatores “ambientais”, “ecossistemáticos”, como as deadlines, o espaço, as políticas organizacionais, as características do meio social e da cultura desempenham um papel importante na construção de notícias. [...] Podemos afirmar agora que os fatores “ecossistemáticos” são vistos agora como o fator crítico para a construção das notícias e, conseqüentemente, e pra dissonância não pretendida entre as representações da realidade que as notícias são e a realidade em si (SOUSA, 2002, p.40).

Outro conceito que envolve as teorias, mas que nesse espaço terá uma discussão separada são as rotinas produtivas que também possuem influência na produção das notícias, acima do poder dos próprios jornalistas. Elas podem ajudar a explicar o porquê as notícias de meio ambiente são como são no Jornal Folha de São Paulo, por exemplo,



a partir das rotinas dos jornalistas. Tanto Traquina quanto Sousa, falam sobre as rotinas produtivas como fator que interfere na produção devido ao curto tempo de produção e conseqüentemente a construção da rede noticiosa que facilita o trabalho do jornalista. No processo de produção jornalística, verifica-se a ocorrência de diversos tipos de acontecimentos que de alguma forma tem ligação com as fontes escolhidas na produção.

Segundo Sousa (2002, p. 23), há acontecimentos imprevistos, pseudo-acontecimentos, acontecimentos midiáticos, acontecimentos não categorizados e não acontecimentos. Essa categorização feita por Sousa tem forte relação com a influência das fontes na produção. Os acontecimentos imprevistos se impõem à mídia, porém os acontecimentos previsíveis (eventos) são “impostos” à mídia ou até “impostos” pela mídia (SOUSA, 2002, p. 23). Em face desses acontecimentos imprevisíveis, as organizações noticiosas procuram impor ordem no tempo. As redes têm o papel de buscar notícias por área geográfica e por especialização organizacional e temática. Os meios também fazem uma agenda, onde já tem acontecimentos pré-lançados, muitos deles indicados por possíveis fontes e assessorias. Dessa forma, como explica Sousa, grande parte das notícias, já são previsíveis e fazem parte da agenda dos jornalistas.

Pra finalizar as discussões, Denis McQuail, citado por Sousa (2002, p. 26), explica que é possível diferenciar notícias programadas (serviço de agenda), não programadas (acontecimentos inesperados) e fora do programa (não precisam de difusão imediata, são atemporais). No caso do jornalismo ambiental, considera-se notícias programadas, aquelas que pautam eventos sobre o tema, congressos, encontro de pesquisa, conferências, etc. As não programadas, geralmente são aquelas relacionadas a catástrofes naturais, queimadas, descobertas da ciência, etc. As consideradas fora do programa, são matérias que cotidianamente podem estar presentes nos veículos, mas que independem de um acontecimento ou agenda. É o caso de matérias sobre reciclagem de lixo, formas de preservação ambiental, entre outras.

Considerações finais

A partir dessas discussões é possível perceber que a produção de notícias perpassa diversas instâncias até o produto final, sendo que nesse processo estão envolvidas as fontes, as rotinas produtivas, as estratégias dos produtores, editores, anunciantes, proprietário do veículo e linha editorial. Ou seja, a notícia sofre influência seja de um ou de outro até ser interpretada pelos leitores. Isso significa que a



“realidade” que chega ao público não mero espelho da “realidade” do acontecimento. No jornalismo ambiental a utilização de uma fonte ou de outra, em assuntos polêmicos, por exemplo, pode mudar a interpretação do público sobre o tema, pois as informações que chegam até ele são diferentes. Nesse caso das fontes, uma alternativa é a pluralidade de fontes, o que pode proporcionar um maior número de pontos de vistas para que o leitor tire suas próprias conclusões sobre o assunto. Porém, o que geralmente acontece, é que os veículos optam em usar uma, no máximo duas fontes devido às rotinas produtivas, tempo e espaço. Todas as discussões realizadas até o momento têm o papel de contribuir na análise dos dados retirados das matérias do jornal Folha de São Paulo. A realidade observada poderá exemplificar conceitos propostos pelos teóricos e ao mesmo tempo as teorias estudadas vão explicar a produção tal como ela é.

Referências

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1985.

GADINI, Sergio. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: **a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade**. Disponível em: http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/33/sergio_gadini.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

SCHARF, Regina. Verde como dinheiro: Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo?. In: **VILAS BOAS, Sergio (Org.). Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. P.49-78.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Vol I. Por que as notícias são como s. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Vol II. A tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental - Evolução e Perspectivas**. Disponível em: www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2008.